

A história começa assim...

1984: formatura da turma de Letras da PUC do Rio de Janeiro. Procuro o convite, mas não o encontro. Deve ter se perdido em alguma mudança. Espaços cada vez menores vêm nos obrigando a jogar fora nossas lembranças.

Os papéis podem sumir, é verdade, mas a memória – ainda bem – não exige metros quadrados.

Era uma noite estrelada, eu me lembro bem, uma noite típica do verão carioca. Havia um perfume no ar – seria lírio? Andando pelo campus da universidade, orgulhosamente, com minha mãe ao lado, eu me sentia a menina magrinha, com seus seis ou sete anos de idade, feliz em seu primeiro dia de aula, certa de que ali, atrás daquele pátio, naquela casa rosa, aconteceria o que seria um verdadeiro “divisor de águas” em minha vida (como costumava dizer a mãe): aprender a ler e a escrever. Palavras, “armas terríveis”, diria o pai ao menino, em *Infância*, de Graciliano.

Mas voltemos: a formatura foi bonita – bonita, simples e delicada. Uma formatura feminina, com certeza, afinal, não havia sequer um homem na lista dos formandos daquele ano – o que não significava novidade alguma. Nossa oradora era a aluna Maria Clara, aluna brilhante, de corpo miúdo, olhos escandalosamente azuis, voz doce e firme – onde andaré Maria Clara?

Não, meu pai não foi à formatura, “coisas de escola” sempre foram, em minha e provavelmente em muitas outras famílias brasileiras, tarefas destinadas à mãe – como se a escola e a educação fossem espaços genuinamente femininos; aos homens, caberiam os espaços cinzas e marrons, secos e austeros, dos escritórios.

Ao ser chamada ao palco para receber meu diploma, procurei – como sempre fiz – disfarçar meu nervosismo, esperando que aquele de quem receberia “o canudo” (quem terá inventado uma metáfora tão pobre?) não percebesse minhas mãos frias e suadas – uma clara evidência da importância do evento em minha vida. “Obrigada”, foi o que consegui dizer, mesmo assim com voz trêmula, visivelmente emocionada.

Depois da entrega dos diplomas, o discurso das professoras homenageadas. Eram três. A primeira falou do árduo trabalho em sala de aula. A segunda, da discriminação de uma profissão em um país que desprezava a educação. A terceira, da dificuldade em conciliar a vida profissional com a vida pessoal.

As três professoras davam sinais de um evidente heroísmo e de um indisfarçável cansaço. Eram três professoras reconhecidas na profissão, mas nenhuma delas me pareceu feliz. Pelo contrário: havia uma certa amargura, uma certa insatisfação, uma sensação de injustiça, que, naquele momento, eu, como provavelmente as amigas sentadas naquele auditório, preferimos julgar fruto de questões individuais, muito mais do que de uma realidade social. É sempre mais fácil acreditarmos que a felicidade depende exclusivamente de cada um, é uma questão de postura, ou de destino, digamos, de acertos ou erros individuais.

Com o diploma na mão, eu me sentia pronta para “começar a vida”. Para muitas de nós (e não devia haver outra razão mais forte que justificasse estarmos ali), era hora de realizar o sonho que nos acompanhava há anos: poderíamos assumir a sala de aula, seríamos nós a estar sobre o palanque, poderíamos, enfim, tornar realidade “a brincadeira de escolinha” que tanto nos divertia na infância.

Hoje penso: que professora era aquela que representávamos ainda tão crianças? Quem queríamos ser? Como construíamos a escola, com que cores a coloríamos? Quando meninas, no entanto, essas questões naturalmente não nos importavam. O que valia era arranjar quem quisesse fazer o papel de aluno, um quadro-negro (aliás, verde) e giz, se possível, giz colorido, com o qual borraríamos nossas mãos, evidenciando que éramos a professora. Lápis e borracha – e a festa estava completa.

Logo depois da formatura, arranjei meu primeiro emprego: uma escola particular na Zona Sul do Rio de Janeiro, à margem de uma das praias mais bonitas da cidade. Um lugar privilegiado. Ainda me lembro daquela segunda-feira: cheguei ao colégio bem antes da hora marcada. Com o portão ainda fechado, gastei o tempo dando voltas no quarteirão, acompanhando o movimento dos alunos, imaginando quais deles seriam os “meus” alunos. Observei também os professores, alguns levavam pastas e livros, muitas pastas e muitos livros: quais

dos meus “colegas de profissão” se tornariam meus amigos; o que eles pensavam, o que desejavam? Eu estava ansiosa e, posso dizer, completamente feliz.

Quando ouvi o sinal – era alto o sinal da escola –, respirei fundo (àquela altura, já não havia mãe ao lado) e atravessei o portão: de novo, “um divisor de águas” em minha vida. Agora, estaria do outro lado, mas a travessia tinha o mesmo significado, a mesma importância. O pátio, a casa (que já não era rosa), a escola. As palavras. Naquele momento, eu começaria uma nova história, “na boniteza da profissão”, conforme dizia Paulo Freire. Eu me imaginava a professora, a mãe, a amiga, a estrela guia daqueles meninos e meninas, a conduzi-los pelo mundo das letras e das histórias, língua e literatura, mostrando que a vida só se faz com a palavra. Até o silêncio é a palavra que se cala.

Mas, confesso, pouco a pouco, “a missão” que eu julgava divina foi se corrompendo pela ansiedade que eu via nos olhos das minhas colegas, professoras mais experientes que eu (e de certo mais sábias – nada como a prática, nos informam desde cedo), que se diziam aflitas com o meu entusiasmo, aflitas com a minha “ingenuidade”, com a minha “inocência”, e que se sentiam compelidas a me alertar que “cedo eu iria sentir que tudo era muito diferente”: aquele entusiasmo todo se devia à minha inexperiência, às ilusões da juventude, à minha ingenuidade, ao desconhecimento total da sala de aula, do alunado, do ensino e do próprio aprendizado. “O esforço não vale a pena”, “não há nada que compense”, “ninguém dá valor”, “o salário é de fome”, “os pais é que mandam”, “os alunos não querem nada”, diziam elas, sinceramente, desiludidas com a profissão.

Além das palavras – pessimistas, é verdade, das colegas –, entre uma aula e outra, muitas vezes eu ouvia as palavras das professoras homenageadas na noite de formatura e pensava: será que a “escolinha” devia continuar a ser só uma brincadeira de criança?

Ao mesmo tempo, em casa, passei a ser identificada como “a professorinha da família”. A nomeação, que a princípio me pareceu inofensiva, a partir de um determinado momento passou a gerar em mim um incômodo que eu não tinha dificuldades em diagnosticar: o sufixo diminutivo não era só demonstração de carinho, mas era também uma forma de discriminação, um jeito pejorativo de diminuir a profissão. Afinal, meu irmão, advogado, não era chamado de “advogadozinho”; o cineasta não era “cineastazinho”; a jornalista,

“jornalisticinha”... O sufixo diminutivo escamoteava o desprezo por uma profissão, preconceito que se sobrepunha a outro: a discriminação contra as mulheres. Afinal, os homens, que na sala de aula poderiam até ser chamados de “tios” (como nós, professoras, ainda “tias” para muitos alunos), pelo menos na sala de visitas não corriam o risco de serem chamados de “professorzinhos”. Nesse espaço, eles eram os mestres... já as mulheres, as “inhas”...

Confesso que não fui capaz de resistir. “*The dream is over*”, pensei como um dos ídolos de minha geração. Larguei a sala de aula, inclusive as aulas que eu já dava na universidade, por achar que a realidade não “compensaria”, não “valeria a pena”, a “carreira não me daria prestígio” e o “prazer passaria com o tempo”. “Professorinha, nunca mais”, jurei a mim mesma, parodiando o *slogan* do movimento contra a tortura no país. Em outras áreas, eu estaria livre do descaso, da discriminação, do desrespeito – previsto e anunciado –, não só em matérias da mídia e nas conversas com professores, como também sugerido na relação com alunos cada vez mais indisciplinados, com padrões espremidos entre a qualidade do ensino e a necessidade de sobrevivência do negócio e ainda e, sobretudo, com o desprezo pela educação no país que, embora insista em dizer o contrário, parece querer mesmo é ser reconhecido apenas pela bola no pé e o samba na avenida. Professores, para quê? “Jogar bola e sambar, a gente nasce sabendo”, costumam dizer os entendidos. Preferindo evitar uma briga que eu julgava perdida, larguei a sala de aula, empacotei o material, joguei-o no fundo do armário, virei a página – esta e outras.

No entanto, a memória, insisto, não se perde facilmente. Tampouco se esquece um sonho de criança. Ainda bem: um livro pode ser relido, uma frase, um capítulo, palavras que sublinhamos, notas ao rodapé. Mesmo já dedicada a outras áreas, volta e meia o tema “professorinha nunca mais” me vinha à mente. Por que no fim do século XIX, os concursos para o magistério, por exemplo, eram disputados por celebridades como Euclides da Cunha, assistidos até pelo Imperador, e hoje eram tão pouco prestigiados? Por que, nas cidades de interior, a professora, que era o testemunho mais reconhecido, hoje já não representava nada para a comunidade? Por que, quando fui buscar um emprego numa tradicional escola do Rio de Janeiro, ouvi do coordenador “essa profissão não é mais para você, procure um emprego melhor”? O que aconteceu; em que momento?

Durante todos esses anos, essas questões me perturbaram, sobretudo quando me deparava com matérias preconceituosas na mídia – e não foram poucas as vezes –, explorando caricaturas de professoras, ou quando ouvi – e também não foram poucas as vezes – comentários de pais, aparentemente lúcidos e bem formados, sobre professores, a quem atribuíam, “sem sombra de dúvidas”, toda a responsabilidade pelo fracasso do sistema escolar no Brasil – “ a culpa é do professor”, não hesitavam eles, mesmo que entre um chopp e outro. De outro lado, impossível ficar imune à amargura que tomava conta de tantos professores, mesmo os que declaravam que, apesar de tudo, não largariam a profissão, pois sentiam imenso prazer na relação com os alunos e sabiam da importância de seu trabalho na construção de um mundo melhor – um plástico nos carros, comum na década de 70 e 80, exemplifica com perfeição esta cruel ambigüidade: “hei de vencer, mesmo sendo professor”.

Minhas anotações sobre o assunto, feitas e recolhidas ainda nestas décadas, revelam alguns aspectos interessantes que, se não ajudam a resolver o problema, pelo menos o explicitam. Na televisão, por exemplo, o principal veículo de massa no Brasil, em 1991, as duas telenovelas de maior audiência tinham como protagonistas duas professoras. No SBT, na novela mexicana *Carrossel*, a doce e patética “professorinha Helena”, arrebatava o público brasileiro, tanto das grandes quanto das pequenas cidades. Na TV Globo, a professora era uma suburbana ingênua, seduzida pelo cirurgião quarentão. Na guerra da audiência, o SBT veiculou o seguinte anúncio no Jornal do Brasil:

Graças à professorinha Helena, de Carrossel, nossa participação na audiência pulou para 25%, uma audiência respeitável para qualquer emissora. Acho que, agora, a gente conseguiu provar que o SBT sabe muito bem o que o telespectador gosta de ver. E, Felipe, não adianta vir se engraçando pro lado da nossa professorinha, não. Ela não é nem um pouco boba para cair numa cantada sua. Mesmo porque, apesar de ser mexicana, ela odeia homem de bigode. A única coisa que a nossa professorinha dá é audiência, viu, Felipe? (Jornal do Brasil, 28/06/91)

É inegável que a novela, embora mexicana, traçava um perfil de professor com o qual o público brasileiro se identificava. Que perfil era este?

O ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf, em uma de suas “pérolas”, justificou: “as professoras não são mal pagas, são é mal casadas”.

E como a arte costuma imitar a vida (ou será ao contrário?), observemos matéria de Ticiane Azevedo, publicada no Jornal do Brasil em 13/02/92, intitulada “Uma escola sem autocrítica – Anúncio de colégio feio e sujo pede professora bonita”:

Um anúncio em jornal oferecendo vagas para professora “solteira, com altura acima de 1.70m, boa aparência e disponibilidade para trabalhar à noite” pelo Educandário Nossa Senhora da Vitória, na Praça Seca, em Jacarepaguá, está provocando a indignação dos Professores do Município do Rio de Janeiro e leituras “maldosas e picantes” segundo sua autora, a educadora Neusa Ferreira Calaço, de 74 aos. Pensando tratar-se de uma candidata à vaga, a educadora explicou que professoras atraentes conseguem motivar os alunos e os manter quietos na sala de aula.

Se voltarmos à televisão”, nos lembraremos de um dos programas mais populares da televisão brasileira, “A escolinha do Professor Raimundo”, criado em 1952, por Chico Anysio, ainda na Rádio Mayrink Veiga. No programa, o ator interpretava um professor absolutamente estúpido, que servia “de escada” para as piadas dos alunos, interpretados por diversos comediantes. O formato fez tanto sucesso, que foi reaproveitado em diversos programas, até ganhar um programa solo, cuja estréia foi no dia 4 de agosto de 1990, sábado, às 21h30. Já em outubro, o programa passava a ser exibido de segunda a sexta-feira, às 17h30. Sucesso total, ficou no ar até maio de 1995. Em 1999, o quadro voltou a fazer parte do programa “Zorra Total”, também da TV Globo. Ou seja, mais de meio século de Professor Raimundo no ar, um personagem certamente inesquecível na galeria de tipos de Chico Anysio e absolutamente claro no imaginário de milhões de brasileiros.

Enquanto o Professor Raimundo nos “ensinava” suas “preciosas lições” via telinha, a imprensa sempre nos trouxe um professor desqualificado, mal preparado e mal remunerado. Observemos as manchetes de algumas matérias recolhidas entre 1983 (um ano antes de minha formatura) e 1995 (onze anos depois): “*Conta de diminuir – Professores com salários baixos vivem de bicos*” (Revista Isto É, 31/08/1983); “*Professor de Primeiro Grau, esse abnegado desconhecido*” (O Globo, 11/10/1987); “*Professores do primeiro grau, a rotina do esforço*” (O Globo, 12/10/1987); “*Professor: do status do império à decadência*” (O Globo, 01/11/1987); “*Fadiga afasta 33 professores por dia*” (O Estado de São Paulo, 14/05/1988); “*O magistério sem incentivos – A cada mês*”

500 professores deixam rede pública, em busca de melhor emprego e salário” (Jornal do Brasil, 09/07/1990), *“Professor primário ganha menos que trocador de ônibus e gari”* (O Dia, 02/09/1990); *“Professores da zona rural do Piauí não identificam o mapa do Brasil”* (Folha de São Paulo, 21/03/ 1991); *“Salários de professores em SP vale 4 vezes menos do que há vinte anos”* (Folha de São Paulo, 30/09/1991); *“Formação ruim, idealismo e salário baixo”* (Revista Veja, 06/02/1995).

A variedade dos anos de publicação das matérias e dos veículos de comunicação é proposital: serve para mostrar um consenso das péssimas condições de trabalho, da falta de incentivo, da formação deficitária, do idealismo e das frustrações dos professores no Brasil.

Informalmente, durante anos, continuei a prestar atenção ao tema, sempre me perguntando “por que não fiz aquela pesquisa?”, que sempre me pareceu atual e pertinente.

Até que em 2006 – a vida dá mesmo voltas –, volto à sala de aula, para fazer o Mestrado em Estudos de Literatura na mesma universidade (PUC-Rio) onde me formei há mais de vinte anos. A volta à PUC era um tentativa de continuar o caminho que tinha sido interrompido – seria o desejo de uma volta à infância e juventude? Um desejo que se fortificou quando conheci vários professores felizes na sala de aula e outros ainda que tinham sido capazes de conciliar o magistério com outras experiências, como a literatura, por exemplo, saindo-se muito bem nos dois campos. A teoria e a prática, o pilotis e a vida. Era possível, era possível ser feliz, foi o que pensei.

Busquei o material que havia guardado – certamente não foi por acaso que ele não se perdeu –, reli matérias de jornais, comecei a pesquisa. Curiosamente, em dezembro de 2007, o jornal “O Globo” publicava uma série de reportagens com o nome “Apagão no ensino”, cujo conteúdo se assemelhava incrivelmente às matérias que eu havia guardado: tanto aquelas poderiam ser publicadas hoje, como a do Globo, que “revela o tamanho do fosso entre o que o professor ensina, as lições no quadro-negro e o que aprende um aluno”, poderia ser de duas ou mais décadas atrás.

Escola, aluno, professor. Livros, a escrita e a leitura. A imagem do professor na literatura brasileira – chegamos. Que história a literatura brasileira

tem contado sobre os professores e as professoras? Em outro viés: que história nossos professores e professoras estão contando através dos livros? De que forma a literatura vem espelhando e produzindo uma realidade? A literatura está invariavelmente ligada à vida, ou pode se divorciar dela?

A literatura escolhida como caminho – e as razões, além das pessoais (é por este caminho que sigo, já com alguns livros publicados), são muitas. Diz Barthes diz que, se por excesso de socialismo ou barbárie, todas as disciplinas tivessem de ser expulsas do ensino exceto uma, esta seria a literatura, pois é nela que todas as ciências se encontram. A literatura, diz ele, faz girar os saberes, não fixa, não fetichiza nenhum deles, ela lhe dá um lugar indireto e esse lugar, exatamente porque indireto, é ainda mais precioso. As palavras não são simples instrumentos; são projeções, explosões, vibrações: “a literatura engrena o saber no rolamento da reflexividade infinita: através da escritura, o saber reflete incessantemente sobre o saber, segundo um discurso que não é mais epistemológico, mas dramático”.¹

Bakhtin diz que separar a linguagem do seu conteúdo ideológico é um equívoco. Para o filósofo e lingüista russo, não há significado literário externo à comunicação social geral. A palavra exerce função de signo e é fenômeno ideológico por excelência, constituindo o modo mais puro e sensível de relação social, diz ele.

A vida, afirma o lingüista, é dialógica por natureza. O discurso não é autônomo, ele é suportado por toda uma intertextualidade; não é falado por uma única voz, mas por muitas vozes, geradoras de muitos textos que se entrecruzam no tempo e no espaço. É esse dialogismo que queremos aqui aproveitar, explorar. Nas múltiplas vozes, procurar construir um texto, em que discursos interagem, perguntas se fazem.

Para Borges, o romance é como um continente. É preciso, de repente, cruzar pântanos ou vastos lamaçais, ou percorrer longos caminhos com poeira e barro para chegar ao outro lado, a um lugar encantador. “Se o senhor quer encontrar um tesouro, é preciso enfrentar muitas contingências”, diz o grande

¹ BARTHES, Roland. *Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 07 de fevereiro de 1977*. Tradução e pós-fácio de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2007, p. 19.

mestre argentino a outro colega de profissão, o escritor Sabato.² Parece-me que uma pesquisa também. É preciso percorrer caminhos. Caminhos às vezes suaves; outras, cruéis, com poeira e barro, com lágrimas nos olhos e dor no coração. E não é para menos. Falar do professor, da emoção do menino que vai pela primeira vez à escola, da professora que ensina a criança a ler, da humilhação da palmatória, do professor que seduz ou da professora maluquinha lendo escondido seus romances “água com açúcar”, falar dos mestres que abandonaram a sala de aula e de outros que voltaram a ela, dos mestres autoritários, dos mestres de voz doce, dos mestres solitários e dos mestres solidários, falar dos nossos mestres, ouvir nossos mestres, não, isto é muito mais que cumprir uma exigência curricular. Contar essa história é contar a nossa história, é falar da vida, é falar de nós, de nossos sentimentos, emoções. Falar das palavras. É mel, é dor.

² BORGES, Jorge Luis, SABATO. *Diálogos*. Compilados por Orlando Barone. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: Globo, 2005.